

GESTÃO AMBIENTAL

AUDITORIA OPERACIONAL DAS AÇÕES DE ADAPTAÇÃO DA AGROPECUÁRIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aquecimento global é provocado pela elevação da concentração dos chamados gases de efeito estufa, que formam uma espécie de cobertor sobre a Terra, impedindo que o calor saia. Além do aumento da temperatura, prevê-se também a maior ocorrência de eventos extremos, podendo haver longos períodos de seca, outros de tempestades severas e muitas inundações. Queda acentuada na produção agrícola, escassez de alimentos, diminuição da produtividade dos animais e menor disponibilidade de recursos hídricos são alguns dos efeitos projetados das mudanças climáticas sobre a agropecuária.

No Brasil, a agropecuária tem grande relevância. O País é o maior produtor mundial de laranja, café, carne bovina, açúcar e biocombustíveis, além de ser o principal exportador de soja e carne de aves. O setor ocupa aproximadamente 282 milhões de hectares do território nacional e gera 16,4 milhões de empregos.

Estudos sobre mudanças climáticas sinalizam que o agronegócio poderá sofrer perdas bilionárias a partir de 2020. As culturas mais afetadas seriam a soja e o café arábica, com reduções de até 40% e 33% em 2070, respectivamente.

Em consonância com esse cenário, a Administração Pública Federal lançou, no final do exercício de 2008, o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC). Para a agropecuária, o Plano prevê, em linhas gerais, o aumento da sustentabilidade do setor e a redução significativa nos níveis de competição entre a atividade e os biomas brasileiros.

OBJETIVO

Avaliar a atuação do Governo Federal para adaptar a agropecuária aos cenários de mudanças climáticas, tendo em conta que a produção agropecuária pode ser afetada significativamente pelas modificações no clima, com impacto na segurança alimentar e na balança

comercial brasileira, além do potencial risco de se gerar graves problemas sociais.

Esta auditoria decorreu de compromisso assumido pelo TCU com outras treze Entidades de Fiscalização Superiores dos seguintes países: África do Sul, Austrália, Áustria, Canadá, Eslovênia, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, Grécia, Indonésia, Noruega, Polônia e Reino Unido, no âmbito de uma Auditoria Global Coordenada em Mudanças Climáticas, coordenada pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

CONSTATAÇÕES

I. Deficiências na identificação dos potenciais riscos advindos das mudanças climáticas e no mapeamento de vulnerabilidades, em função da dificuldade de acesso aos dados meteorológicos, tendo em conta que: a) grande volume desses dados encontra-se em meio físico e inexistem recursos para sua digitalização; b) cobra-se pelo seu fornecimento; c) há deficiências na coleta e falta de interação entre as instituições responsáveis pela meteorologia e climatologia no País.

II. Insuficiências na gestão de recursos hídricos pela Agência Nacional de Águas (ANA), em especial na avaliação do impacto das mudanças climáticas sobre o ciclo hidrológico e as bacias hidrográficas.

III. Existência de lacunas no PNMC quanto ao estabelecimento de diretrizes para as ações de adaptação do setor agropecuário às mudanças do clima.

IV. Incipiência da ação governamental no enfrentamento dos problemas decorrentes das mudanças climáticas no setor agropecuário, caracterizada pela falta de iniciativas para a conscientização dos gestores públicos sobre o assunto e para a inclusão do tema nas políticas públicas.

V. Deficiências na coordenação, integração, governança e *accountability* das ações governamentais

para lidar com as mudanças climáticas, sendo que até a edição do PNMC não havia um instrumento que sistematizasse as ações governamentais para o enfrentamento do problema.

DELIBERAÇÕES

Recomendações

À Casa Civil da Presidência da República

- I. Conscientizar os gestores públicos para considerar os cenários de mudanças climáticas no planejamento e nas políticas voltadas para a agropecuária.
- II. Incluir no PNMC ações de adaptação da agropecuária às mudanças climáticas.
- III. Definir melhor as atribuições dos órgãos, entidades, comitês e comissões que tratam do tema das mudanças climáticas.
- IV. Obter a melhor coordenação e integração das ações governamentais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.
- V. Monitorar a implementação do PNMC, com atenção para as ações relativas à agropecuária.

À Casa Civil e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

- VI. Oferecer condições ao Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) para: a) digitalizar as séries históricas dos dados meteorológicos e b) disponibilizar esses dados às instituições de pesquisa encarregadas dos estudos sobre as mudanças climáticas.

Ao MAPA e ao Ministério do Desenvolvimento

Agrário

- VII. Considerar os cenários sobre mudanças climáticas no planejamento e elaboração das políticas para os segmentos do agronegócio e da agricultura familiar.

À ANA

- VIII. Promover os estudos para mapear as vulnerabilidades na disponibilidade dos recursos hídricos no País e considerar os cenários de mudanças climáticas nos processos de concessão de outorga do uso da água.

À Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

- IX. Integrar as redes de coleta de dados meteorológicos e hidrometeorológicos do Inmet, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ANA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN/Marinha).

Este processo foi monitorado por meio do TC 001.988/2012-3

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 2.513/2009 – TCU – Plenário
Data da sessão: 28/10/2009
Relator: Ministro Aroldo Cedraz
TC: 026.133/2008-7
Unidade Técnica Responsável:
Secex AgroAmbiental